



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 64595/25

EXERCÍCIO: 2025
SUBCATEGORIA: Licitações
JURISDICIONADO: Câmara Municipal de Taperoá
DATA DE ENTRADA: 19/05/2025
ASSUNTO: Licitação - 00002/2025 - Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021) - Serviços técnicos especializados e consultoria em gestão e contabilidade pública
INTERESSADOS: Ailton Paulo de Souza



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
"Casa de Corsino de Farias Souza"
RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000
CNPJ. 02.931.144/0001-97

INEXIGIBILIDADE N° IN00002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 250102IN00002

CONTRATO N°: 00002/2025-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ E SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI – ME, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a Câmara Municipal de Taperoá – Rua 15 de Novembro, 8 – Centro – Taperoá – PB, CNPJ n° 02.931.144/0001-97, neste ato representada pelo Presidente Ailton Paulo de Souza, Brasileiro, Casado, Vereador, portador do CPF. 875.711.804-87 e RG. 921.570 – SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI – ME – RUA Doutor Pedro Firmino, 107 – 9° Andar – Sala 905 – CENTRO – PATOS – PB, CNPJ n° 26.542.769/0001-25, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da Inexigibilidade de Licitação n° IN00002/2025, processada nos termos da Lei Federal n° 14.133, de 1° de Abril de 2021; Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada pela Portaria n° IN 00002/2025 – 03, de 03 de Fevereiro de 2025, tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E CONSULTORIA EM GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICA, CONSOANTE AS APLICABILIDADES CONSTITUCIONAIS E FISCAL, COM VASTOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E GENÉRICOS EM CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – CASP, EM OBEDIÊNCIA AO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PCASP, NO EXERCÍCIO DE 2025, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Inexigibilidade de Licitação n° IN00002/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 84.000,00 (OITENTA E QUATRO MIL REAIS).
Representado por: 12 x R\$ 7.000,00.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E CONSULTORIA EM GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICA, CONSOANTE AS APLICABILIDADES CONSTITUCIONAIS E FISCAL, COM VASTOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E GENÉRICOS EM CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – CASP, EM OBEDIÊNCIA AO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PCASP. OS SERVIÇOS INCLUEM: Classificação e escrituração da contabilidade de acordo com as normas e princípios contábeis vigentes; Apuração de balancetes; Elaboração do RREO, RGF para o SICONFI; Elaboração da Declaração de Contas Anuais – DCA para o SICONFI; Geração do SAGRES CAPTURA e Diário; Análise de Balanços; Emissão de parecer contábil que reflitam em atos e fatos contábeis; Acompanhamento de processos de gestão contábil junto às exigências do Tribunal de Contas do Estado e Tesouro Nacional; Demais	MENSAL	11	7.000,00	77.000,00



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
"Casa de Corsino de Farias Souza"
RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000
CNPJ. 02.931.144/0001-97

	serviços de consultoria técnica especializada; Orientação e controle da aplicação dos dispositivos legais vigentes, sejam Federais, Estaduais ou Municipais; Atendimento das demais exigências previstas em atos normativos; Elaboração de processos de reconhecimento de dívidas; Realização e orientação na realização de audiências públicas; Estudos técnicos, planejamento e elaboração de projetos voltados à gestão pública; Assessorias e consultorias técnicas junto as exigências do controle externo em auditorias financeiras ou tributárias, consoante requisição dos órgãos fiscalizadores, TCE, TCU, CGU, CGE, MP entre outros.				
2	Elaboração e envio da PCA (Orçamento Programa e Prestação de Contas Anual).	UND	1	7.000,00	7.000,00
				Total:	84.000,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos: 101 - CÂMARA MUNICIPAL - 101.01.031.1001.1001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Municipal - 3390.35.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA - 3390.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: Imediato;

b - Conclusão: 11 (doze) meses.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
"Casa de Corsino de Farias Souza"
RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000
CNPJ. 02.931.144/0001-97

A vigência do presente contrato será determinada: até 31/12/2025, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição. Nesse sentido foram designados: Caio Lins Viana, Gestor de Contratos, como Gestor; e Helder Farias Diniz, Assessor Jurídico, para Fiscal Técnico;
- e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
"Casa de Corsino de Farias Souza"
RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000
CNPJ. 02.931.144/0001-97

acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O fornecedor ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
"Casa de Corsino de Farias Souza"
RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000
CNPJ. 02.931.144/0001-97

- b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Taperoá.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Taperoá - PB, 03 de Fevereiro de 2025.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

 AILTON PAULO DE SOUZA
 Presidente
 875.711.804-87

PELO CONTRATADO

 SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI - ME.

Aderaldo Serafim de Sousa
 CPF: 477.992.934-20
 TC - PB 3647/O-1



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
"Casa de Corsino de Farias Souza"
RUA 15 DE NOVENBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000
CNPJ. 02.931.144/0001-97

INEXIGIBILIDADE N° IN00002/2025

DECLARAÇÃO - PUBLICAÇÃO

D E C L A R A Ç ã O

Declaro para os devidos fins de direito, que o ato que autoriza a contratação direta e o respectivo extrato do contrato decorrente do procedimento de Inexigibilidade de Licitação n° IN00002/2025, foram divulgados no sítio eletrônico oficial abaixo indicado, onde serão mantidos à disposição do público, nos termos do Art. 72, parágrafo único, da Lei 14.133/21.

Sítio eletrônico oficial: www.taperoá.pb.gov.br.

Taperoá - PB, 03 de Fevereiro de 2025.

JOYCE RIBEIRO NUNES
Assessoria



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
"Casa de Corsino de Farias Souza"
RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000
CNPJ. 02.931.144/0001-97

INEXIGIBILIDADE N° IN00002/2025

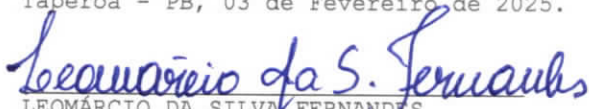
DECLARAÇÃO - PUBLICAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins de direito, que o ato que autoriza a contratação direta e o respectivo extrato do contrato decorrente do procedimento de Inexigibilidade de Licitação n° IN00002/2025, foram divulgados no sítio eletrônico oficial abaixo indicado, onde serão mantidos à disposição do público, nos termos do Art. 72, parágrafo único, da Lei 14.133/21.

Sítio eletrônico oficial: www.taperoá.pb.gov.br.

Taperoá - PB, 03 de Fevereiro de 2025.


LEOMÁRCIO DA SILVA FERNANDES
Agente de Contratação

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E CONSULTORIA EM GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICA, CONSOANTE AS APLICABILIDADES CONSTITUCIONAIS E FISCAL, COM VASTOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E GENÉRICOS EM CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – CASP, EM OBEDIÊNCIA AO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PCASP, NO EXERCÍCIO DE 2025, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2025. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 2002 – CÂMARA MUNICIPAL – 2002.01.031.1001.2030 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal - 3390.35.00.00 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA – 3390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA VIGÊNCIA: até 31/12/2025. PARTES CONTRATANTES: Câmara Municipal de Taperoá e: CT Nº 00002/2025 - 03.02.25 – SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI - ME - R\$ 84.000,00.

PUBLICAR:

- ☐ - MENSÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - **04.02.25**
- ☐ - Quadro de Divulgação do Órgão Realizador do Certame - **04.02.25**
- ☐ - SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO - **04.02.25**
- ☐ - www.tce.pb.gov.br - **04.02.25**

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00002/2025. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E CONSULTORIA EM GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICA, CONSOANTE AS APLICABILIDADES CONSTITUCIONAIS E FISCAL, COM VASTOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E GENÉRICOS EM CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – CASP, EM OBEDIÊNCIA AO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PCASP, NO EXERCÍCIO DE 2025, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria da Câmara. RATIFICAÇÃO: Presidente, em 03/02/2025.

PUBLICAR:

- ☐ - MENSÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - **04.02.25**
- ☐ - Quadro de Divulgação do Órgão Realizador do Certame - **04.02.25**
- ☐ - SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO - **04.02.25**
- ☐ - www.tce.pb.gov.br - **04.02.25**

**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**

ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00002/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2025, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E CONSULTORIA EM GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICA, CONSOANTE AS APLICABILIDADES CONSTITUCIONAIS E FISCAL, COM VASTOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E GENÉRICOS EM CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – CASP, EM OBEDIÊNCIA AO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PCASP, NO EXERCÍCIO DE 2025, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI - ME - R\$ 84.000,00.

Pocinhos - PB, 03 de Fevereiro de 2025.
AILTON PAULO DE SOUZA - Presidente

PUBLICAR:

- ☐ - MENSÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - **04.02.25**
- ☐ - Quadro de Divulgação do Órgão Realizador do Certame - **04.02.25**
- ☐ - SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO - **04.02.25**
- ☐ - www.tce.pb.gov.br - **04.02.25**



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
"Casa de Corsino de Farias Souza"
RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000
CNPJ. 02.931.144/0001-97

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Realização do referido procedimento de contratação direta:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E CONSULTORIA EM GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICA, CONSOANTE AS APLICABILIDADES CONSTITUCIONAIS E FISCAL, COM VASTOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E GENÉRICOS EM CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – CASP, EM OBEDIÊNCIA AO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PCASP, NO EXERCÍCIO DE 2025, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL.

DECLARAÇÃO

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Recursos não Vinculados de Impostos: 101 - CÂMARA MUNICIPAL - 101.01.031.1001.1001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Municipal - 3390.35.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA - 3390.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

Taperoá - PB, 31 de Janeiro de 2025.



Tesouraria



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

26.541.69/0001-25 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		16/11/2016	
SOLSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA					
SOLSA CONTABILIDADE PUBLICA					ME
08.10-0-01 - Atividades de contabilidade					
Razão social					
200-2 - Sociedade Empresária Limitada					
R DOUTOR PEDRO FIRMINO		107	ANDAR 9 SALA 903		
58.700-070	CENTRO	DADOS		PB	
		85, 9061-1415			
Ativ.		16/11/2016			

Assinado pelo Inscrição Nacional da Pessoa Jurídica em 16 de novembro de 2016.

Impresso em 13/12/2024 às 09:10:59. Data de emissão: 16/11/2016.

Página 1/1



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EMPRESA**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA certifica que a Organização Contábil identificada no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

DENOMINAÇÃO : SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA EIRELI - ME
 NOME FANTASIA : SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA
 REGISTRO : PB-000815402
 CATEGORIA : SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL (SLU)
 CNPJ : 28.592.769/0001-25

A presente CERTIDÃO não quita nem anula quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPB contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 13/12/2024 às 19:00:12.

Válido até: 13/03/2025.

Código de Controle: 7585.2451-16630453.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... ADERALDO SERAFIM DE SOUSA
REGISTRO..... PB-003647.0-1
CATEGORIA..... TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... 77.993.934-

A presente CERTIDÃO não garante a existência ou não de débitos ou infrações, que posteriormente poderão ser apurados pelo CRC/PB contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor a respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 13/12/2024 às 09:42:21

Válido até: 13/01/2025.

Código de Controle: 335230427365-177

Para verificar a autenticidade de este documento consulte o site do CRC/PB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA DE FINANÇAS

ALVARÁ

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO E FUNDOAMENTO

DECLARAÇÃO

SUBSISTÊNCIA DE FUNDAMENTO

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO E FUNDOAMENTO

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO E FUNDOAMENTO

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO E FUNDOAMENTO

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

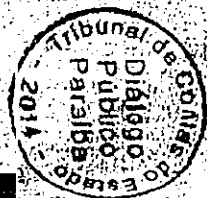
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

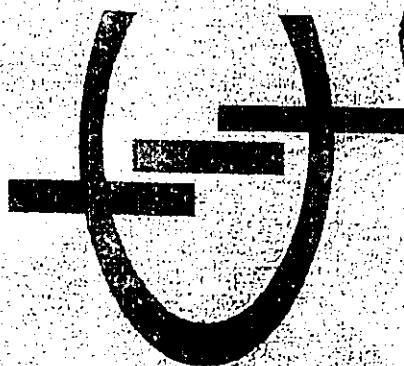
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



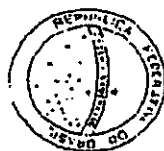
Diálogo Público Paraíba

O TCE e o Controle Social

ADERALDO SERAFIM DE SOUSA

Participou do Diálogo Público Paraíba – TCE e o Controle Social, realizado no dia 12 de setembro de 2014, no Auditório do Fórum Miguel Satyro, situado à Av. Dr. Pedro Firmino - Centro - Patos - PB, com carga horária de 4 horas.

Conselheiro FÁBIO TULLIO DE GUEIRRAS NOGUEIRA
Procurador do TCE/PB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COLÉGIO COMERCIAL ROBERTO SIMONSEN
Autorizado Pela Resolução n.º 36/76 CEE - PARAIBA

DIPLOMA

O Diretor do COLÉGIO COMERCIAL ROBERTO SIMONSEN, PATOS-PB, de acordo com o Art. 16 e Art. 6º da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, e com o disposto no Regulamento Escolar, confere o TÍTULO de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, a

Filha(a) de Antônio Serafim de Sousa

e de Irmã Lúcia de Sousa

Natural de Paraíba

Estado de Paraíba nascida(a) a 13 de março de 1961, por ter concluído o curso de TÉCNICO EM CONTABILIDADE no ano letivo de 1981. O presente diploma outorga os direitos e prerrogativas estabelecidas na Lei do País.

Patos, PB, 30 de dezembro de 1981

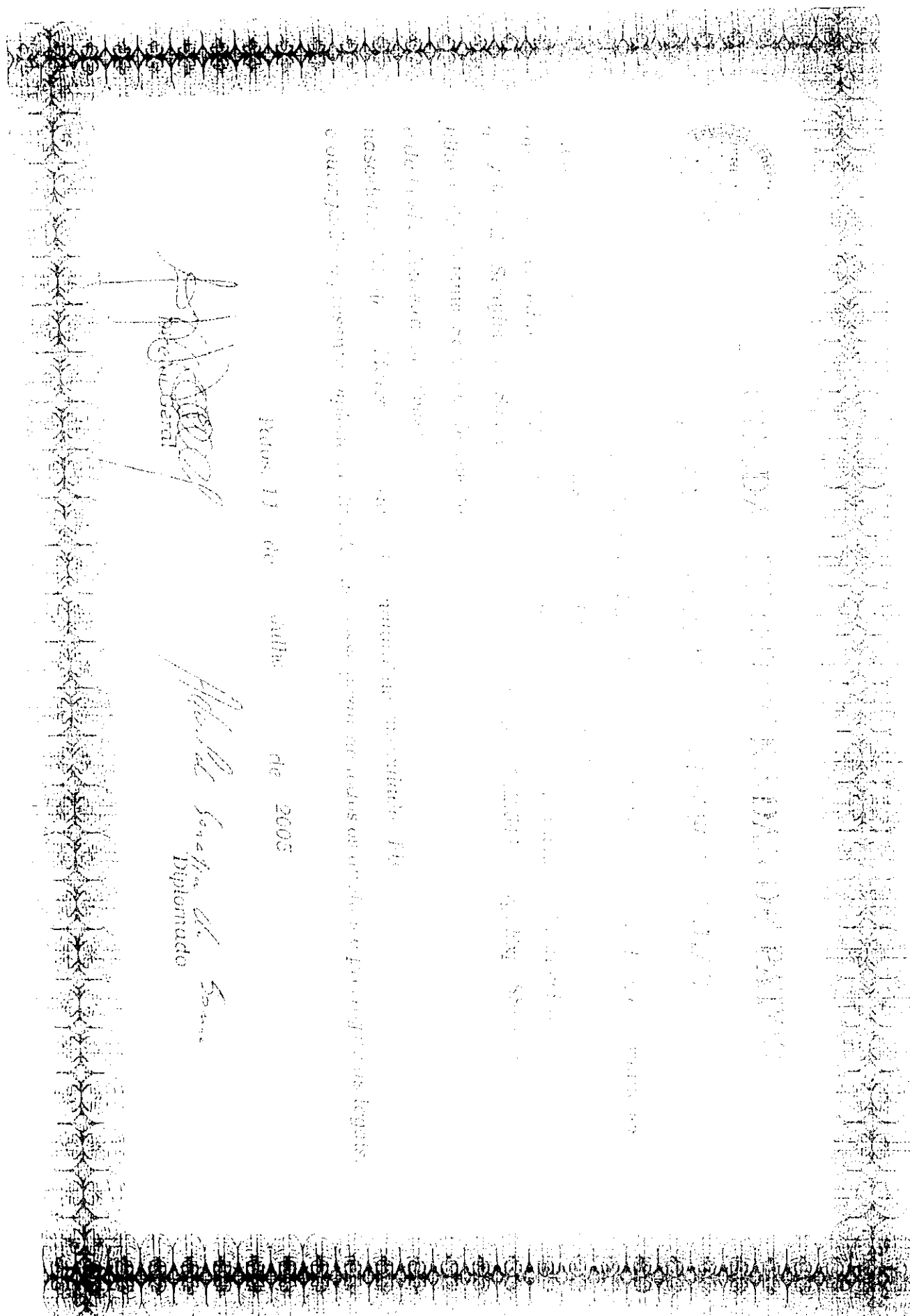
LOCAL E DATA

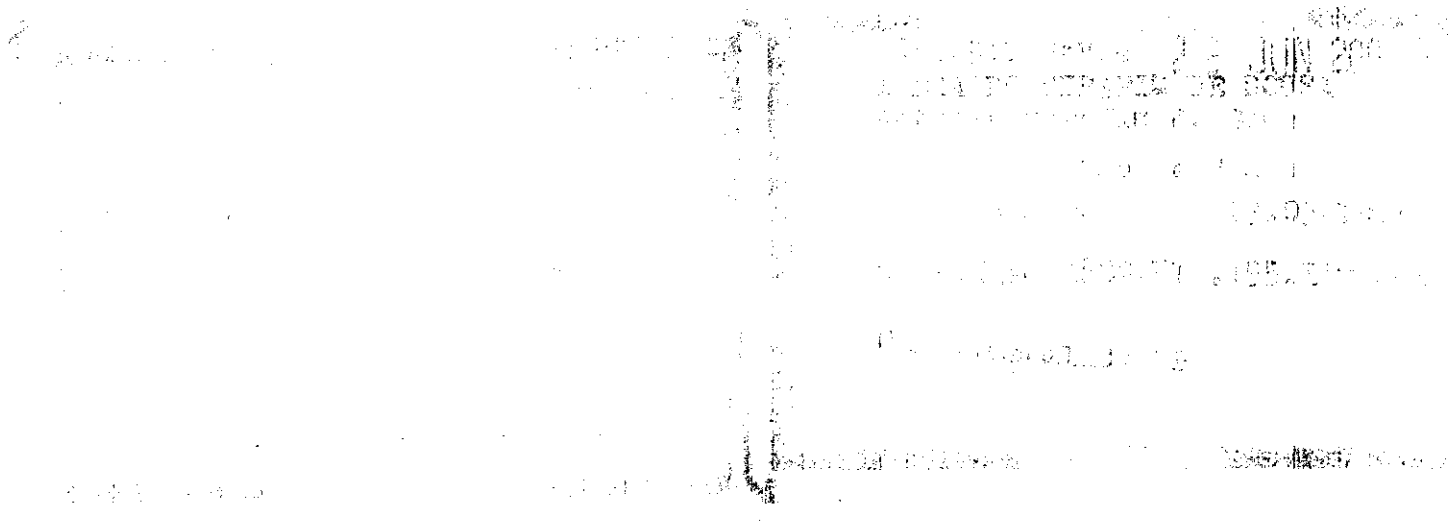
DIPLOMADO

Marcos Vinícius de Brito
SECRETÁRIO

5347-1

5347-1





De acordo com a legislação em vigor,
a presente certidão é emitida.

BANCO DO BRASIL

ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI

Pelo presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada:

ADERALDO SERAFIM DE SOUSA, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 477.992.934-20, brasileiro, natural de Imaculada - PB, Divorciado, nascido em 13/03/1961, Tec. em Contabilidade, carteira de identidade sob número 642.541 SSP-PB, residente e domiciliado na Rua Ricardo Felipe de Sousa, nº 144, Jardim Europa – CEP: 58.705-030 – Patos - PB.

Resolve constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI nos termos do inciso VI do art. 44, combinado com art. 980-A e seus parágrafos do Código Civil – lei n.º 10.406/2002-, acrescidos pela Lei n.º 12.441, de 11 de Julho de 2011, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA – A empresa girará sob o nome empresarial SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI e terá sede na Rua Doutor Pedro Firmino, N.º 107 – 9.º Andar – Sala 903 – Centro - CEP: 58.700-070 – Patos – PB, e usará a expressão SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA como nome fantasia podendo, todavia estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional ou fora dele mediante alteração do ato constitutivo.

DO OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA SEGUNDA – A empresa terá o seguinte objeto social: ATIVIDADES DE CONTABILIDADE.

1 - Atividade Principal: Atividades de Contabilidade, CNAE 6920-6/01.

DO PRAZO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – A empresa iniciará suas atividades na data do arquivamento deste ato na Junta Comercial do Estado de Paraíba e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA - O capital social será de R\$ 88.000,00 (Oitenta e Oito Mil Reais), sendo totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - A administração da empresa será exercida isoladamente por seu titular ADERALDO SERAFIM DE SOUSA, que ficará incumbido de exercer todos os atos pertinentes e necessários ao exercício das atividades ora assumidas, bem como, de representá-la judicial e extra - judicialmente, ativa e passivamente perante todas as repartições e instituições financeiras, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/11/2016 11:31 SOB Nº 25600046530.
PROTOCOLO: 160369967 DE 14/11/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602495597. NIRE: 25600046530.
SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI

Maria de Fátima Ventura Venâncio
SECRETÁRIA-GERAL
JOÃO PESSOA, 16/11/2016
www.redesim.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA SEXTA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo-lhe os lucros ou suportando os prejuízos apurados.

CLÁUSULA SÉTIMA - O titular ADERALDO SERAFIM DE SOUSA declara, sob as penas da Lei, não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes de EIRELI, em qualquer parte do território nacional.

DO DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA OITAVA - O administrador ADERALDO SERAFIM DE SOUSA declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou à propriedade.

Patos – PB, 11 de Novembro de 2016.

ALDO
XAVIER

Aderaldo Serafim de Sousa

ADERALDO SERAFIM DE SOUSA
Titular/Administrador



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/11/2016 11:31 SOB N° 25600046550.
PROTOCOLO: 160369967 DE 14/11/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602498597. NIRE: 25600046539.
SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI

Maria de Fátima Ventura Vanácio
SECRETÁRIA-GERAL
JOÃO PESSOA, 16/11/2016
www.redasim.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



FATURA

Brisanet Serviços De Telecomunicações S.A.

Sousa Contabilidade Pública Eireli	Código	Vencimento	Valor
Rua Doutor Pedro Fumino, 107 - Centro	747301-5	20/12/2024	99,99
Patos PE	CNPJ	Forma de Pagamento	Bônus
	06.711.074/0001-14		

IMPORTANTE	Descrição do(s) Serviço(s)
O pagamento desta fatura implica todos os serviços e produtos nela contidos. Para o seu conforto a Brisanet Serviços De Telecomunicações S.A. oferece algumas alternativas de pagamento da sua fatura: Recibo Bancário e Casas Lotéricas. Não utilize pagamento via DOC, transferência bancária e depósito simples, pois nosso sistema não identifica esses pagamentos.	Período de 27/11/2024 às 20/12/2024 - Mensagem APP DE LIVRO URGENTE SET 471 Período de 27/11/2024 às 20/12/2024 - Mensagem APP DE LIVRO URGENTE SET 471 Período de 27/11/2024 às 20/12/2024 - Mensagem APP DE LIVRO URGENTE SET 471 Período de 27/11/2024 às 20/12/2024 - Mensagem APP DE LIVRO URGENTE SET 471
INFORMAÇÕES ÚTEIS	
Após o vencimento, serão cobrados juros de 1% ao mês e multa de 2% na próxima extrato. Evite o bloqueio do seu sinal efetuando seu pagamento até o vencimento. Brisanet Serviços De Telecomunicações S.A. é uma empresa filiada ao SPC.	

	237-2	23792.36702 20002.532305 97000.226502 1 99360000009999
PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR		

	237-2	23792.36702 20002.532305 97000.226502 1 99360000009999
PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR		
PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR		
PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR PARA PAGAR POR DEBITO EM CARTÃO DE CREDITO, LIGUE 0800 707 0800 OU VISITE O SITE WWW.BRISANET.COM.BR		



1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Lichtenthaler and Whistler (1973). The total chlorophyll content was determined by the method of Arar and Cook (1980). The carotenoid content was determined by the method of Lichtenthaler and Whistler (1973). The total carotenoid content was determined by the method of Arar and Cook (1980). The total protein content was determined by the method of Lowry et al. (1951). The total lipid content was determined by the method of Bligh and Dyer (1959). The total carbohydrate content was determined by the method of Dubois and Gilles (1950). The total nucleic acid content was determined by the method of Burton (1956). The total ash content was determined by the method of AOAC (1990). The total moisture content was determined by the method of AOAC (1990). The total dry matter content was determined by the method of AOAC (1990). The total organic acid content was determined by the method of AOAC (1990). The total alkaloid content was determined by the method of AOAC (1990). The total flavonoid content was determined by the method of AOAC (1990). The total phenolic content was determined by the method of AOAC (1990). The total tannin content was determined by the method of AOAC (1990). The total saponin content was determined by the method of AOAC (1990). The total sterol content was determined by the method of AOAC (1990). The total glycoside content was determined by the method of AOAC (1990). The total alkaloid content was determined by the method of AOAC (1990). The total flavonoid content was determined by the method of AOAC (1990). The total phenolic content was determined by the method of AOAC (1990). The total tannin content was determined by the method of AOAC (1990). The total saponin content was determined by the method of AOAC (1990). The total sterol content was determined by the method of AOAC (1990). The total glycoside content was determined by the method of AOAC (1990).

Received 11 July 1998; accepted 14 July 1998

1. *Phragmites australis* (Cav.) Trin. ex Steud.

SOLSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS),
CNPJ nº 06.792.858/0001-25, NÃO CONSTA EM
NENHUMA DAS LISTAS DE EMPRESAS INELIGÍVEIS.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

Diretoria de Administração Tributária

Av. João de Deus, 100 - Centro - Patos - PB - CEP: 58200-000

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em atendimento ao disposto no art. 17º da Lei nº 11.700/2023 e com base na legislação municipal, que o contribuinte mencionado abaixo não possui débitos tributários do cadastro municipal até a presente data: 17/12/2024.

Contribuinte:

SOCISA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI - ME

Inscrição Mercantil:

3555162

Sequencial:

246137

Referência Locamento:

Localização: RUA DR. PEDRO FIRMINO, 104 - VILINDRA EMP. - SALA 302 - CENTRO

Cadastro Imobiliário:

11.018.917.9907.293.0

Natureza:

Tributação Municipal

Inscrição Imobiliária:

5055

Razão Social:

SOCISA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI - ME

CNPJ - CDE

Inscrição Municipal

Inscrição Mercantil

00.000.000000000

3555162

Nome do Proprietário

REGIME DE ATIVIDADES DE COMÉRCIO

Atividade Secundária

Data de Emissão: 19/05/2025

Válida até: 10/02/2026

CNPJ: 00.000.000000000

VIA INTERNET

Para verificar a validade desta Certidão, acesse o Portal do Contribuinte

ou utilize o seguinte código de verificação: 117063729300081739BA8BF7F7

117063729300081739BA8BF7F7



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Respecto al contenido de la Declaración de Responsabilidad, el mismo debe contener, por lo menos, los siguientes datos:

memoria de tal forma que los países de la zona del Río de la Plata, con excepción de Argentina, se sumaron al 15^o febrero de 1962 al camino de 1960. Cuando Estados Unidos se retiró al agosto de 1962, se publicó por primera vez la constancia de que los países de la zona de oportunidad se habían unido uno con otro.

© 2006 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 260: 395–403

Aspetando a resposta do cliente, o vendedor não está cumprindo uma das etapas da negociação de vendas.

After the first year, the number of cases of infectious diseases in the province has been reduced by 10% compared to the previous year. The number of cases of infectious diseases in the province has been reduced by 10% compared to the previous year. The number of cases of infectious diseases in the province has been reduced by 10% compared to the previous year.

DATE: 01-01-2000 11:00:00 ADEN517 080E.GDSG

3. $\mathcal{H}^1$ is a separable Banach space.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

CERTIDÃO

CODIGO: 099A.7993.BC55.D65A

Emitida no dia 12/12/2024 às 16:26:01

Identificação do requerente:

CNPJ nº 26.542.769/0001-25

RG:

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os procedimentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa. A referida identificação não pertence a estabelecimento com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não exonera o devedor cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão, devendo ser confirmada e sua validade atualizada através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sfaz.pb.gov.br.

OBS: Invalida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.

Valida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da
 Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
 Certidão de Débito emitida via 'Internet'.

Empresa: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA

C.N.P.J.: 26.542.769/0001-25

Insc. Junta Comercial: 25600046550 Data: 16/11/2016

Endereço: RUA DOUTOR PEDRO FIRMINO, 107, ANDAR 9 SALA 903, CENTRO, PATOS/PB, CEP 58700-070

Balanco encerrado em: 31/12/2023

Folha: 0001

Número livro: 0004

Página 1 de 8

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	251.569,88D
ATIVO CIRCULANTE	170.482,46D
DISPONÍVEL	170.482,46D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	170.482,46D
BANCO DO BRASIL	170.482,46D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	81.087,42D
IMOBILIZADO	81.087,42D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	31.000,00D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	31.000,00D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	62.734,28D
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	32.734,28D
INSTALAÇÕES	30.000,00D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	12.646,86C
(-) DEPRECIAÇÕES DE INSTALAÇÕES	3.000,00C
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.100,00C
(-) DEPRECIAÇÕES EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	6.546,86C
PASSIVO	251.569,88C
PASSIVO CIRCULANTE	20.006,75C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	19.633,52C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	19.633,52C
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	19.633,52C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	373,23C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	373,23C
INSS A RECOLHER	197,43C
FGTS A RECOLHER	175,80C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	231.563,13C
CAPITAL SOCIAL	88.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	88.000,00C
CAPITAL SOCIAL SÓCIO 01	88.000,00C
RESERVAS	40.129,87C
RESERVAS DE LUCROS	40.129,87C
RESERVA LEGAL	40.129,87C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	103.433,26C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	699.164,19D
LUCROS ACUMULADOS	699.164,19D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	802.597,45C
LUCRO DO EXERCÍCIO	802.597,45C

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ 251.569,88 (duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos)

As informações foram extraídas das folhas nº 02 a 06 do Livro Diário nº 04, registrado na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o nº 20240589823 em 15/03/2024.

Sob as penas da Lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.

PATOS-PB, 31 de Dezembro de 2023

ADERALDO SERAFIM DE SOUSA
TITULAR ADMINISTRADOR
CPF: 477.992.934-20

FABIANA DE SOUSA C. N. TAVARES
CONTADORA
Reg. no CRC - PB sob o No. 012997/0-9
CPF: 056.612.754-71

Empresa: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA
 C.N.P.J.: 26.542.769/0001-25
 Insc. Junta Comercial: 25600046550 Data: 16/11/2016

Folha: 0002
 Número livro: 0004

Página 2 de 8

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	1.372.600,00
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
SERVIÇOS PRESTADOS	1.372.600,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(183.093,23)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	
(-) SIMPLES NACIONAL	(183.093,23)
(=) RECEITA LÍQUIDA	1.189.506,77
(=) LUCRO BRUTO	1.189.506,77
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(386.909,32)
Despesas Administrativas	(386.909,32)
DESPESAS COM PESSOAL	
SALÁRIOS E ORDENADOS	(17.922,50)
PRO-LABORE	(15.768,00)
13º SALÁRIO	(1.465,00)
FGTS	(1.492,40)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	
TAXAS DIVERSAS	(1.139,70)
DESPESAS GERAIS	
ENERGIA ELÉTRICA	(4.940,82)
ÁGUA E ESGOTO	(507,58)
TELEFONE	(1.320,82)
SEGUROS	(2.249,40)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(2.666,03)
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	(1.050,00)
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(288.435,10)
DESPESAS DIVERSAS	(7.498,81)
MULTA DE TRÂNSITO	(156,18)
DESPESAS COM CONDOMÍNIO	(6.534,00)
DESPESAS COM INTERNET	(1.291,88)
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	(500,00)
DEPRECIações	(12.646,86)
CARTÃO EMPRESARIAL	(19.324,24)
(=) RESULTADO OPERACIONAL	802.597,45
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0,00
(=) RESULTADO ANTES DO IR E CSL	802.597,45

PATOS-PB, 31 de Dezembro de 2023

ADERALDO SERAFIM DE SOUSA
 TITULAR ADMINISTRADOR
 CPF: 477.992.934-20

FABIANA DE SOUSA C. N. TAVARES
 CONTADORA
 Reg. no CRC - PB sob o No. 012997/0-9
 CPF: 056.612.754-71

Empresa: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA
 C.N.P.J.: 26.542.769/0001-25
 Insc. Junta Comercial: 25600046550 Data: 16/11/2016

Folha: 0003
 Número Livro: 0004

Página 3 de 8

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Descrição	Saldo Atual
(=) LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	802.597,45
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	802.597,45

As informações foram extraídas das folhas nº 02 a 86 do Livro Diário nº 04, registrado na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o nº 20240589823 em 15/03/2024.

Sob as penas da Lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.

PATOS-PB, 31 de Dezembro de 2023

ADERALDO SERAFIM DE SOUSA
 TITULAR ADMINISTRADOR
 CPF: 477.992.934-20

FABIANA DE SOUSA C. N. TAVARES
 CONTADORA
 Reg. no CRC - PB sob o No. 012997/0-9
 CPF: 056.612.754-71

Empresa: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA
C.N.P.J.: 26.542.769/0001-25
Endereço: RUA DOUTOR PEDRO FIRMINO, 107, ANDAR 9 SALA 903, CENTRO, PATOS/PB, CEP 58700-070
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023
Insc. Junta Comercial: 25600046550 Data: 16/11/2016

Folha: 0004
Número Livro: 0004

Página 4 de 8

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO		Total
	Capital Social	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	

Saldo em 31/12/2022	88.000,00	65.025,68	153.025,68
Saldo em 31/12/2023	88.000,00	65.025,68	153.025,68

As informações foram extraídas das folhas nº 02 a 86 do Livro Diário nº 04, registrado na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o nº 20240589823 em 15/03/2024.

Sob as penas da Lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos respaldando por todas elas.

PATOS-PB, 31 de Dezembro de 2023

ALDO SERAFIM DE SOUSA
 TITULAR ADMINISTRADOR
 CPF: 477.992.934-20

FABIANA DE SOUSA C. N. TAVARES
 CONTADORA
 Reg. no CRC - PB sob o No. 012997/0-9
 CPF: 056.612.754-71

Empresa: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA
 Inscrição: 26.542.769/0001-25
 Endereço: RUA DOUTOR PEDRO FIRMINO, 107, ANDAR 9 SALA 903, CENTRO, PATOS/PB, CEP 58700-070
 Período: 01/01/2023 - 31/12/2023
 Insc. Junta Comercial: 25600046550 Data: 16/11/2016

Página: 0005

Número livro: 0004

Página 5 de 8

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2023

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	170.482,46 + 0,00 20.006,75 + 0,00	8,52
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante Passivo Circulante	170.482,46 20.006,75	8,52
Índice de Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoque Passivo Circulante	170.482,46 - 0,00 20.006,75	8,52
Índice de Liquidez Imediata	Disponível Passivo Circulante	170.482,46 20.006,75	8,52
Índice de Liquidez de Recursos Próprios	Ativo Circulante - Passivo Circulante Patrimônio Líquido	170.482,46 - 20.006,75 231.563,13	0,65
Índice de Solvência Geral	Ativo Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	251.569,88 20.006,75 + 0,00	12,57
Capital Circulante Líquido	Ativo Circulante - Passivo Circulante	170.482,46 - 20.006,75	150.475,71
Índice de Capital de Terceiros	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante Patrimônio Líquido	20.006,75 + 0,00 231.563,13	0,09
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante Passivo Total	20.006,75 + 0,00 251.569,88	0,08
Índice de Endividamento Corrente	Passivo Circulante Patrimônio Líquido + Resultado de Exer. Futuros	20.006,75 231.563,13 + 0,00	0,09
Índice de Dívida a Curto Prazo	Passivo Circulante Passivo Não-Circulante	20.006,75 0,00	0,00
Grau de Endividamento	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante Ativo	20.006,75 + 0,00 251.569,88	0,08
Índice de Garantia de Capital de Terceiros	Patrimônio Líquido Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	231.563,13 20.006,75 + 0,00	11,57
Margem Operacional	Lucro/Prejuízo Operacional Receitas de Vendas	-1.412.623,13 -3.976.200,00	0,36
Margem Líquida	Lucro/Prejuízo Líquido Receita Líquida de Vendas	-1.412.623,13 -3.436.955,08	0,41
Rentabilidade do Ativo	Lucro/Prejuízo do Exercício Ativo	0,00 251.569,88	0,00
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Lucro Líquido Patrimônio Líquido	103.433,26 231.563,13	0,45

Empresa: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA
Inscrição: 26.542.769/0001-25
Endereço: RUA DOUTOR PEDRO FIRMINO, 107, ANDAR 9 SALA 903, CENTRO, PATOS/PB, CEP 58700-070
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023
Insc. Junta Comercial: 25600046550 Data: 16/11/2016

Página: 0006
Número livro: 0004

Página 6 de 8

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2023

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Capital Próprio s/ Passivo Total	Patrimônio Líquido Passivo Total	231.563,13 251.569,88	0,92

As informações foram extraídas das folhas nº 02 a 86 do Livro Diário nº 04, registrado na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o nº 20240589823 em 15/03/2024.

Sob as penas da Lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.

AL DO SERAFIM DE SOUSA
 TITULAR ADMINISTRADOR
 CPF: 477.992.934-20

FABIANA DE SOUSA C. N. TAVARES
 CONTADORA
 Reg. no CRC - PB sob o No. 012997/0-9
 CPF: 056.612.754-71

Empresa: **SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA**
 CNPJ: 26.542.769/0001-25
 Insc. Junta Comercial: 25600046550 Data: 16/11/2016

Folha: 07
 Número livro: 0004

Página 7 de 8

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA iniciou suas atividades no ano de 2016, estando localizada na RUA DOUTOR PEDRO FIRMINO, 107, ANDAR 9 SALA 903, CENTRO, PATOS/PB, CEP 58700-070, com registro na Junta Comercial da Paraíba nº 25600046550 Data: 16/11/2016 e tem como atividade principal 69.20-6-01 - Atividades de contabilidade.

Nota 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A empresa SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA elaborou e está apresentando as suas Demonstrações Contábeis referente ao Balanço de Abertura de acordo com a ITC 100 Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 11.638/2007 e o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade- CFC, Resoluções CFC nº 750/1993, 1.255/2009 e 1.282/2010.

NOTA 3 – PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - Estoques

Os estoques foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição (ou pelo PEPS).

3.2 - Depreciação

Depreciação calculada pelo método linear.

3.3 – Ajuste a avaliação Patrimonial

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.4 Impostos Federais

A empresa está no regime do Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de Competência.

3.5 Direitos e Obrigações

Estão demonstrados pelo valor histórico, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência.

NOTA 4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.1 - Divisão do Capital Social

O capital social da empresa é composto pelo valor de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), devidamente integralizado.

NOTA 5 - EVENTOS SUBSEQUENTES

O administrador declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa que possam provocar efeitos sobre seus resultados.

Patos-PB 31 de dezembro de 2023

ADERALDO SERAFIM DE SOUSA
 TITULAR ADMINISTRADOR
 CPF: 477.992.934-20

FABIANA DE SOUSA CARNEIRO NÓBREGA TAVARES
 CONTADORA
 CRC - PB nº. 012997/O-9
 CPF: 056.612.754-71



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Assessoria Técnica e Interações

Página 4 de 4

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da expedição da **NOTA DE CANCELAMENTO PÚBLICA LULA - ME** consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)

CPE CREJ	Nome
Brasil/76171	YALANZA DE SOUZA LARNEIRO BORGES TAVARES
47799293420	ADERALDO FERREIRA DE SOUZA



Assinatura digitalizada por: YALANZA DE SOUZA LARNEIRO BORGES TAVARES
CPF: 000.000.000-00
Assinatura digitalizada por: AILTON P. DE SOUZA
CPF: 000.000.000-00

Assinatura digitalizada por: AILTON P. DE SOUZA
CPF: 000.000.000-00
Assinatura digitalizada por: AILTON P. DE SOUZA



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.542.769/0001-25
Razão Social: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA EIRELI ME
Endereço: RUA DOUTOR PEDRO FIRMINO / CENTRO / PATOS / PB / 58700-070

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/01/2025 a 14/02/2025

Certificação Número: 2025011605174354927444

Informação obtida em 31/01/2025 11:18:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
 TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
 Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)
 Telefone: (83) 3216-1440



CERTIDÃO NEGATIVA

FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 26.542.769/0001-25

Razão Social: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA

Nome Fantasia: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA

Certidão emitida às 13:27 de 09/01/2025.

Validade 30 dias

-
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
 2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
 3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
 4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
 5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.
-

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **g83Y.g8Ef**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
 TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
 Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)
 Telefone: (83) 3216-1440



CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos cíveis ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 26.542.769/0001-25

Razão Social: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA

Nome Fantasia: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA

Certidão emitida às 13:30 de 09/01/2025.

Validade 30 dias

-
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
 2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
 3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
 4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
 5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G, SISCOM.
-

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **q81z.4QRs**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
 TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
 Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)
 Telefone: (83) 3216-1440



CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos criminais ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 26.542.769/0001-25

Razão Social: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA

Nome Fantasia: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA

Certidão emitida às 13:30 de 09/01/2025.

Validade 30 dias

-
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
 2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
 3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
 4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
 5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G, SISCOM, SEEU.
-

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **srFw.V1vJ**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
 TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
 Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)
 Telefone: (83) 3216-1440



CERTIDÃO NEGATIVA EXECUÇÃO FISCAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de execução fiscal ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 26.542.769/0001-25

Razão Social: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA LTDA

Nome Fantasia: SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA

Certidão emitida às 13:27 de 09/01/2025.

Validade 30 dias

-
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
 2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
 3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
 4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
 5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G, SISCOM.
-

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **RcQM.YdLk**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.

SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI-ME
CNPJ/MF: 26.542.769/0001-25

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

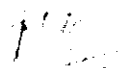
A empresa SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI – ME, inscrita no CNPJ (MF) nº.: 26.542.769/0001-25, por intermédio do seu representante legal, o Sr. ADERALDO SERAFIM DE SOUSA, CPF: 477.992.934-20, CRC-PB nº. 003647/O-1, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, e em atendimento às exigências legais aplicáveis, que:

1. Não emprega, direta ou indiretamente, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
2. Não emprega menores de 16 anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Declara, ainda, estar ciente das implicações legais em caso de descumprimento dessa obrigação, especialmente no que tange às penalidades previstas na legislação vigente.

Em caso afirmativo, assinalar a ressalva.

Patos – PB, 06 de janeiro de 2025


Aderaldo Serafim de Sousa
 CPF 477.992.934-20
 TC: PB 3647/O-1

Assinatura do(a) proponente ou representante legal

Rua Doutor Pedro Firmino, 107 - 9º Andar – Sala: 905 – Centro – Patos/PB
CEP: 58.700-070 Fone/Fax: (083) 3421 1096 - Celular: (083) 9. 9961 1415



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
GABINETE DO PREFEITO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob o nº 26.542.769/000125, com sede na Rua Pedro Firmino, 107, sala 905, Centro, CEP: 58750-070, Patos – Paraíba. Realizou para esta Prefeitura a prestação de serviços especializados de:

- Serviços especializados de contabilidade, assessoria técnica contábil, administrativa e financeira.

Informamos ainda, que os serviços contratados foram prestados no ano de 2024 de forma satisfatória, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial e eticamente a referida empresa.

Malta – PB, 17 de dezembro de 2024.


IGOR XAVIER DE LUCENA
Prefeito Constitucional de Malta



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA DE BARAÚNAS
CNPJ: 07.837.470/0001-53

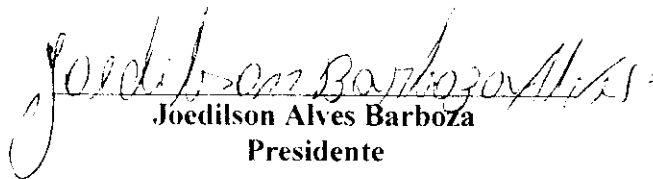
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob o nº 26.542.769/000125, com sede na Rua Pedro Firmino, 107, sala 905, Centro, CEP: 58750-070, Patos – Paraíba. Realizou para esta casa legislativa a prestação de serviços especializados de:

- Serviços especializados de contabilidade, assessoria técnica contábil, administrativa e financeira.

Informamos ainda, que os serviços contratados foram prestados no ano de 2024 de forma satisfatória, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial e eticamente a referida empresa.

Areia de Baraúnas – PB, 20 de dezembro de 2024.


Joedilson Alves Barboza
Presidente



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA
CNPJ.: 10.560.742/0001-25

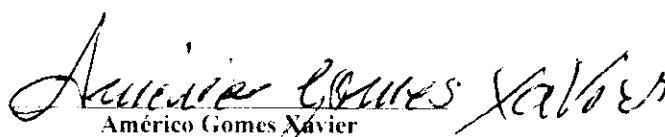
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SOUSA CONTABILIDADE PÚBLICA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob o nº 26.542.769/000125, com sede na Rua Pedro Firmino, 107, sala 905, Centro, CEP: 58750-070, Patos – Paraíba. Realizou para esta casa legislativa a prestação de serviços especializados de:

- Serviços especializados de contabilidade, assessoria técnica contábil, administrativa e financeira.

Informamos ainda, que os serviços contratados foram prestados no ano de 2024 de forma satisfatória, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial e eticamente a referida empresa.

Vista Serrana – PB, 18 de dezembro de 2024.


Américo Gomes Xavier
Presidente



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 19/05/2025 às 14:54:13 foi protocolizado o documento sob o Nº 64605/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Câmara Municipal de Taperoá, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Ailton Paulo de Souza.

Número do Contrato: 000000022025

Data da Publicação: 14/02/2025

Data da Assinatura: 03/02/2025

Data Final do Contrato: 31/12/2025

Valor Contratado: R\$ 84.000,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: Serviços técnicos especializados e consultoria em gestão e contabilidade pública

Contratado (Nome): SOUSA CONTABILIDADE PUBLICA EIRELI-ME

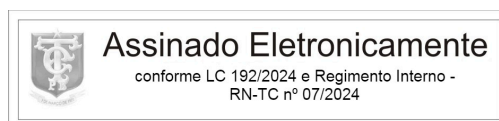
Contratado (CNPJ): 26.542.769/0001-25

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 70

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	b9e81fbfa2734e0113fffdb6a6a6d965
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	d81ae75f99a505b15e42b7d27662d571
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	a71fc798ae0d03f0954ca8e399756d47
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	148f4647dce8996232521366cc10ddfe
Designação da fiscalização técnica do contrato	Não	
Designação do fiscal administrativo do contrato	Não	
Designação do gestor do contrato	Não	

João Pessoa, 19 de Maio de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB